

# CRAS de *Saltinho*: rumo ao fortalecimento da rede de serviços socioassistenciais

Regional Social Center of *Saltinho*: towards strengthening the network of social care services

CLARETE TRZINSKI\*  
TAISE VEIVERBERG\*\*  
SIRLEI FAVERO CETOLIN\*\*\*  
ELIANE PINHEIRO\*\*\*\*



**RESUMO** – O Sistema Único de Assistência Social representa um avanço para a Política de Assistência Social, uma vez que definiu as bases para o novo modelo de gestão (deliberação na IV Conferência Nacional de Assistência Social – dez./2003). Para a efetivação do SUAS, é necessário apropriar-se de todos os mecanismos propostos por esse novo modelo de gestão que se faz presente nos municípios através dos CRAS – Unidade Pública estatal responsável pela oferta de serviços continuados de proteção social básica de Assistência Social às famílias. Os CRAS é visto como a porta de entrada dos usuários à rede de proteção social básica do SUAS. Eles ofertam serviços à população em sua área de abrangência; concretizam direitos e ofertam serviços socioassistenciais com centralidade na família. Os CRAS representam uma ruptura com a visão assistencialista, e voltam-se para a garantia do direito. Diante disso, este artigo analisa os principais avanços ocorridos na vida das famílias que participam das ações socioeducativas desenvolvidas pelos CRAS de Saltinho-SC. O estudo não tem a intenção de avaliar as ações desenvolvidas, mas verificar se, em seu pouco tempo de implantação, assegura as condições fundamentais mínimas para que as famílias desenvolvam capacidades, superando a situação de vulnerabilidade social.

**Palavras-chave** – SUAS. CRAS. Trabalho socioeducativo.

**ABSTRACT** – The Unified System of Social Assistance is a major achievement for the Social Assistance Policy, as laid down the foundations for the new management model, it was decided at the Fourth National Conference on Social Welfare – Dec/2003. For implementation of ITS is necessary to appropriate all the mechanisms proposed by this new management model that is present in the municipalities through the CRAS – Each state responsible for public service delivery continuum of basic social protection of the Social families, ie, is seen as a gateway for users to the network of basic social protection of ITS. Offer services to the population in its catchment area, concrete rights and offer social services and assistance with centrality in the family. The CRAS represent a break with the paternalist view and seeks to guarantee the right. So this article analyzes the major advances in the lives of families who participate in social and educational actions developed by CRAS Saltinho-SC. The study intends to evaluate the actions developed, but whether in its short time of implementation, ensure the basic minimum conditions for families to develop skills, overcoming the socially vulnerable.

**Keywords** – ITS. CRAS. Socioeducational work.

---

\* Assistente Social; Especialista em Gestão Pública pela UNOCHAPECÓ; Mestre em Serviço Social pela PUCRS; Doutoranda em Engenharia da Produção pelo Dinter UGRS/Unochapecó; Docente do Curso de Serviço Social da UNOESC/SMO. E-mail: [clarete@desbrava.com.br](mailto:clarete@desbrava.com.br).

\*\* Graduada em Serviço Social pela UNOESC São Miguel do Oeste. E-mail: [taise1809@hotmail.com](mailto:taise1809@hotmail.com).

\*\*\* Assistente Social; Especialista em Saúde Coletiva (UNOESC); Mestre em Gestão de Políticas Públicas (UNIVALI); Doutora em Serviço Social (PUCRS); Docente do Curso de Serviço Social da UNOESC/SMO; Coordenadora do grupo de pesquisa GEPEPPS. E-mail: [sirleicetolin@saninternet.com](mailto:sirleicetolin@saninternet.com).

\*\*\*\* Assistente Social; Mestre em Serviço Social pela UFSC; Docente do Curso de Serviço Social da UNOESC/SMO. E-mail: [nani@unochapeco.edu.br](mailto:nani@unochapeco.edu.br).

Submetido em: março/2010. Aprovado em: junho/2010

O presente texto contém resultados de uma pesquisa que teve como temática o Sistema Único de Assistência Social e como objeto de pesquisa os avanços ocorridos a partir da implantação do Centro de Referência de Assistência Social no município de Saltinho-SC. A pesquisa faz parte do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Estado, Políticas e Práticas Sociais – GEPEPPS da UNOESC, campus de São Miguel do Oeste.

Os CRAS estão sendo criados como unidades públicas de atendimento às famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, na oferta de programas e ações de atenção integral. Entre estas, destacam-se as ações socioeducativas, realizadas através da participação dos usuários em grupos, que tem como objetivo possibilitar o acesso a informações e novos conhecimentos, enriquecendo o cotidiano das famílias atendidas pela Assistência Social.

Em Santa Catarina, os CRAS ainda estão sendo implantados. Muitos municípios catarinenses não possuem CRAS, e a centralidade das ações no âmbito familiar e seus respectivos impactos ainda é assunto de poucos estudos, porém de extrema importância.

Para o desenvolvimento do estudo em apreço, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento e análise de bibliografia sobre o Sistema Único de Assistência Social; entrevistas semiestruturadas com as famílias incluídas no programa Bolsa Família e participantes do grupo socioeducativo cujo nome é “Família Unida”.<sup>1</sup>

O universo considerado nesse estudo é composto de 50 famílias, incluídas no Programa Bolsa Família. Dada à amplitude desse universo, optou-se por trabalhar com amostras aleatórias simples do tipo estratificado, de tamanho suficiente para permitir a coleta dos dados em pesquisa qualitativa.

A pesquisa teve o intuito de responder a seguinte pergunta de pesquisa: A implantação do CRAS trouxe avanços aos usuários da política de Assistência Social de Saltinho-SC? Para responder a essa pergunta, elaborou-se o objetivo geral que foi de analisar os avanços ocorridos a partir da implantação do CRAS no município de Saltinho-SC.

## **A implantação do CRAS de Saltinho em consonância com o SUAS**

Foi com a realização da V Conferência Nacional de Assistência Social, em dezembro de 2003, que se efetivou a implantação do SUAS, em todo território nacional.

Esse novo modelo de gestão descentralizado e participativo constitui-se, segundo a PNAS (2005, p. 39),

Na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território tem como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que dele necessitam e pela sua complexidade. Pressupõe, ainda, gestão compartilhada, cofinanciamento da política pelas três esferas de governo e definição clara das competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil, e estes tem o papel efetivo na sua implementação.

O SUAS busca efetivar em todos os municípios brasileiros a implantação de no mínimo um CRAS que venha a atender os serviços de proteção social básica, os quais são executados de forma direta à população.

Os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, também chamados de Casa das Famílias, têm como objetivo ser a referência local de assistência social, ser tão conhecido quanto uma escola, ou

um posto de saúde e concretizar os direitos socioassistenciais, ofertando e coordenando em rede, visando à interligação dos serviços, benefícios, programas e projetos da proteção social básica às demais políticas públicas locais, desenvolvendo ações que previnam situações de risco social, por meio do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários (SIMÕES, 2007).

O CRAS de Saltinho – SC foi instalado no mês de outubro de 2006. A implantação partiu de um projeto encaminhado ainda em 2005 através da gerência de ação social do município, ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O CRAS de Saltinho, a partir de sua implantação, busca estabelecer uma rede social de proteção básica, com atendimento integral às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, tendo como foco central a família em todos os segmentos como: idosos, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, mulheres.

Atualmente são atendidas pela equipe cerca de 400 famílias, sendo a maioria delas beneficiárias do programa Bolsa Família e do BPC, residentes na área rural e urbana de Saltinho. Famílias essas atendidas através de uma ampla rede de serviços, benefícios, programas e projetos, desenvolvidos no território de abrangência:

O trabalho com as famílias, referenciadas no território de abrangência do CRAS, privilegia a dimensão socioeducativa da política de Assistência Social na efetivação dos direitos relativos às seguranças sociais afiançadas. Assim, as ações profissionais relacionadas aos serviços prestados no CRAS devem provocar impactos na dimensão da subjetividade política dos usuários, tendo como diretriz central a construção do protagonismo e da autonomia na garantia dos direitos com superação das condições de vulnerabilidade social e potencialidades de riscos (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2006, p. 13).

O número de famílias referenciadas a um CRAS é definido de acordo com o porte e a taxa de vulnerabilidade do município. Sendo assim, o município de Saltinho configura-se entre os municípios de pequeno porte I, ou seja, municípios de até 20.000 habitantes, pois de acordo com dados do IBGE de 2001 o município possui 4.298 habitantes.

O CRAS de Saltinho está instalado junto ao Centro de Múltiplo-Uso.<sup>2</sup> O espaço físico conta com uma área construída em alvenaria com 240m<sup>2</sup>, em uma área de aproximadamente 3.050m<sup>2</sup>, que contempla uma recepção, três salas (uma para a Assistente Social, uma para a psicóloga, uma para a cozinha), almoxarifado, três banheiros, uma sala para reuniões. Neste espaço é desenvolvido o PAIF, o PETI, além de dispor de sala para o Conselho Tutelar.

Este espaço, juntamente com os programas que nele são desenvolvidos, agiliza também o atendimento e facilita a integração da rede de proteção social básica com as políticas públicas locais, o que se torna importante para os usuários da política de Assistência Social, pois garante o acesso aos direitos sociais através do trabalho em rede.

### **Entrevistas com as famílias integrantes do grupo “Família Unida”**

Como previsto no planejamento do projeto de pesquisa, foram realizadas entrevistas com uma parcela representativa dos integrantes do programa Bolsa Família do município de Saltinho-SC.

Após a realização das entrevistas, que foram gravadas e transcritas, partiu-se para a análise dos dados, sendo a seguir apresentada uma análise geral dos resultados obtidos a partir das referidas entrevistas.

Para conhecer o perfil das famílias, optou-se por indicar o perfil da amostra definida, conforme parâmetros indicados na introdução. Confirmando que a tendência histórica da função da mulher é de ficar aos cuidados das atividades domésticas e do apoio afetivo, as participantes dos grupos socioeducativos do CRAS de Saltinho ainda predominam.

Pode-se identificar com os indicadores do perfil das famílias entrevistadas a predominância do seguinte perfil: mulher, com idade acima de 46 anos, com mais de 4 filhos, agricultoras, sem renda fixa, com baixa escolaridade, vivendo em situação de vulnerabilidade social.

A baixa qualificação da mão de obra, o analfabetismo (total ou funcional), a suscetibilidade e a prevalência de doenças e outros acometimentos ligados à sobrevivência, somados à inconstância do trabalho, criam no cotidiano dessas famílias uma situação opressiva de penúria e precarização da capacidade de manter atendidos e protegidos os adultos e sua prole. O atendimento à urgência torna-se o apelo principal. [...] essas famílias estão diante do desafio de enfrentar, sem nenhuma proteção social, carências materiais e financeiras. Convivem, além disso, com graves conflitos relacionais. [...] as famílias pobres são o microcosmo da contradição social e o paiol de conflitos que, no mais das vezes, eclodem em múltiplas formas de violências (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2007, p. 129-130).

Quanto ao estado civil, 60% vivem com companheiros, correspondendo a união estável ou casadas, e, 40% são mulheres viúvas ou separadas, o que caracteriza também que são chefes de família. Neste caso, a mulher é a única pessoa responsável pelo sustento e proteção da família.

Uma pesquisa realizada com beneficiários do Programa Renda Mínima, em São José dos Campos-SP, demonstra que “a maioria das famílias são chefiadas por mulheres solteiras, 24%; separadas, 12,8%; viúvas, 3,3%, o que significa igualmente vulnerabilidade, considerando-se o número de filhos menores” (ACOSTA; VITALE; CARVALHO, 2007, p. 139).

Observam-se duas realidades bastante distintas entre as famílias de São José dos Campos-SP e Saltinho-SC, em relação aos seguintes arranjos: a união formada por casamento; a união estável entre o homem e a mulher; a comunidade de qualquer genitor (inclusive da mãe solteira) com seus dependentes (a chamada família monoparental), conforme aponta a Constituição Federal, inciso 4º e 5º.

A realidade social, econômica, cultural e política dessas famílias demonstra que as mesmas precisam de proteção para que consigam cumprir com o seu papel. “[...] é necessário, em primeiro lugar, que a política assistencial lhe garanta condições de sustentabilidade, tendo como referência categorial a sua necessidade básica” (SIMÕES, 2007, p. 179). Salienta-se que muitas das famílias entrevistadas sobrevivem apenas com o benefício recebido do Programa Bolsa Família.

O Bolsa Família é um programa de transferência de renda diretamente às famílias pobres, o que contribui para a satisfação de necessidades imediatas de seus beneficiários. Os valores repassados são baixos, no entanto, para muitas famílias, é a única renda mensal garantida. Assim, é indispensável pensar no aprimoramento deste programa, bem como, em outros que venham ao encontro da realidade de extrema pobreza vivenciada pelas famílias brasileiras.

No que se refere à condição de moradia, constatou-se que a maioria possui casa própria; o que difere da realidade de boa parte da população brasileira que não dispõe deste bem. É importante salientar que a maioria dos entrevistados possui casa própria, mas isso não quer dizer que a moradia esteja em condições apropriadas para a habitação. Portanto, em Saltinho/SC, os dados corroboram com a pesquisa do IPEA, em nível nacional, ou seja, das famílias entrevistadas, a maioria vive sem condições dignas de moradia, pois não fazem parte dos 10% mais ricos do Brasil.

Ao serem questionadas sobre o entendimento das famílias em relação ao CRAS, a grande maioria delas não sabia realmente o que era o CRAS. Quase todas o relacionam como sendo algo bom; desta

forma, identifica-se que as famílias não têm um conhecimento claro sobre os Centros de Referência. Nota-se, ainda, que ligam o CRAS à ajuda. Algumas falas relatam a correlação do Centro de Referência de Assistência Social como algo que veio para ajudar; evidenciam a relação feita à ajuda e não à garantia de direitos. Apesar de a Política de Assistência Social ser constituída como direito do cidadão e dever do Estado a partir da Constituição Federal de 1988, ainda está relacionada ao assistencialismo.<sup>3</sup>

A Política Nacional da Assistência Social vem buscando, cada vez mais, romper com esse caráter de política de “favor”. A Constituição Federal de 1988, que a situou no âmbito da Seguridade Social, pode ser considerada o marco inicial da ruptura com essa prática. Hoje, não obstante repassar aos usuários da política de Assistência Social que os mesmos são cidadãos de direitos assegurados em lei, buscam cada vez mais essa ajuda como um favor.

Nesse sentido, se faz necessário entender a importância do trabalho desenvolvido nos CRAS, que vem buscando romper com essa visão de ajuda, de caridade, tida pelos usuários. Segundo Santos (2006, p. 10), os CRAS devem,

Atuar com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário na oferta de programas de atenção a famílias. Entre as ações desenvolvidas, destaca-se a ação socioeducativa, realizada através da participação dos usuários em grupos, que tem como objetivo possibilitar o acesso a informações e novos conhecimentos, enriquecendo o cotidiano das famílias atendidas pela Assistência Social.

Os CRAS vêm buscando a “articulação dos serviços socioassistenciais com a proteção social garantida pela saúde, previdência e demais políticas públicas, de modo a estabelecer programas amplos e preventivos que assegurem o acesso dos cidadãos aos direitos sociais” (CFESS, 2007, p. 12).

Nesse sentido, o trabalho com famílias deve romper com a visão assistencial e fortalecer os sujeitos, o que se apresenta como desafios para a política de Assistência Social:

É preciso ser crítico, realista e cuidadoso na elaboração de políticas e programas sociais, tendo sempre presente a necessidade de desenvolver mecanismos que consideram a real situação das famílias que se quer trabalhar. [...] um conhecimento real e atualizado, livre de idealizações, baseado em contínuo refinamento metodológico e avaliação permanente, pode garantir melhores resultados e continuidade das intervenções nessas famílias (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2007, p. 128).

No entanto, não é somente em Saltinho que os usuários não possuem clareza sobre o que significam direitos sociais garantidos e assistencialismo, ajuda. Essa não distinção entre direito e ajuda também foi evidenciada por Pastor e Dorighello (2005). Percebe-se a dificuldade dos usuários em situar o que realmente é um direito. Nota-se ainda muito presente a correlação feita com a ajuda:

Na questão do direito, 70% das entrevistadas demonstra que as beneficiárias concebem o benefício como uma ajuda (uma delas citando até “como uma ajuda do prefeito”) e 30% o apontam como um direito; entretanto, mesmo dentro destes 30%, transparece posteriormente o benefício como direito e como ajuda. Podemos perceber, com isso, que, mesmo após quase três anos frequentando as reuniões socioeducativas onde tal tema é abordado constantemente, as entrevistadas não visualizam o benefício com a perspectiva do direito (p. 5).

Nas duas realidades apresentadas sobre a não distinção dos usuários entre direitos e ajuda, é um grande desafio a ser superado pelos CRAS em geral, o que vai depender muito das metodologias adotadas pela equipe nas ações socioeducativas, em ações constantes, e com uma linguagem simples e clara.

Observa-se que o CRAS de Saltinho precisa superar muitos desafios para que seja visto pela população usuária como um Centro de Referência, conforme preconiza o Sistema Único de Assistência

Social. Observa-se muito trabalho a ser realizado, pois trabalhar com famílias não é tarefa fácil. A reflexão com elas sobre o que significa um CRAS, e quais seus benefícios para a população, deve ser uma tarefa rotineira. Não basta discutir apenas em uma reunião; o trabalho deve ser constante, com uma linguagem simples e clara. O fato de os usuários ainda não se verem como cidadãos de direitos, não relacionarem o CRAS como um espaço disponibilizado aos usuários, na busca da garantia de direitos, e, conseqüente emancipação do indivíduo, mas sim como espaço que está ali, para quando elas precisarem de ajuda, serem atendidas e acolhidas, pode estar relacionado com o pouco tempo de implantação. Afinal, só em 2003 a ideia saiu do papel e até se tornar realidade, consolidando-se em todos os municípios brasileiros, ainda vai um bom tempo. Em Saltinho, o CRAS foi implantando em 2006; está ainda em processo de implementação.

Ao mesmo tempo em que as famílias relacionam o CRAS à ajuda, elas o comparam ao posto de saúde, evidenciando que tanto no CRAS como no posto de saúde são bem atendidas, e que os mesmos suprem as suas necessidades.

O fato de as famílias estarem recebendo um benefício do Governo significa dizer que as mesmas se encontram em situação de vulnerabilidade social. A inserção no Programa Bolsa Família é um direito social, garantido pela Política de Assistência Social. O CRAS, ao envolver essas famílias nas ações socioeducativas, está permitindo a elas a participação, o envolvimento e a promoção do acesso à rede de serviços públicos como saúde, educação, assistência social.

Por outro lado, existem as condicionalidades<sup>4</sup> impostas pelo Programa Bolsa Família, exigindo a corresponsabilidade dos participantes, ao mesmo tempo em que inserem as famílias numa rede ampla de serviços, promovendo garantia de direitos. Em contrapartida, exige das famílias a participação e acompanhamento nas áreas da Educação, da Saúde e Assistência Social. Conforme o MDS (2009), o objetivo das condicionalidades não é de punir as famílias, mas de responsabilizar de forma conjunta os beneficiários e o poder público, devendo identificar os motivos do não cumprimento das condicionalidades e implementar políticas públicas de acompanhamento para essas famílias.

Conforme Pastor e Dorighello (2005, p. 03), “o caráter de controle não deve substituir a proposta socioeducativa; as reuniões devem ser minuciosamente planejadas para que proporcionem um espaço de aprendizado, de conhecimento, de fala e de troca”.

Santos (2006, p. 8) ressalta que a ação socioeducativa “é uma importante modalidade de trabalho com famílias que, organizadas e dirigidas por profissionais competentes, podem contribuir com a construção e com a efetivação da Assistência Social enquanto Política Pública”.

As famílias de Saltinho destacam que gostam de participar dos grupos socioeducativos. O período em que estão participando das reuniões se torna um momento de descontração, de fala, de troca de experiências e saberes, talvez o único momento em que podem expressar seus sentimentos, suas angústias, seus problemas, suas necessidades.

Desta forma, evidencia-se que as ações desenvolvidas pelo CRAS de Saltinho-SC compactuam com as ideias de Santos (2006) ao apontar que a metodologia do trabalho com família, utilizada por profissionais, deve permitir uma construção coletiva de conhecimento, e não de imposição:

[...] trazer um novo significado para o trabalho realizado pelos profissionais que atuam na Política de Assistência Social. [...] trata-se de uma metodologia que busca romper com as palestras informativas que, por muito tempo, foram utilizadas, mas em pouco contribuíram para a vida das pessoas atendidas [...] seja estabelecida uma relação de horizontabilidade, permitindo a construção coletiva de conhecimentos. Esta relação permitirá a liberdade de expressão, facilitando que os participantes se reconheçam enquanto sujeitos políticos com direitos e deveres e que busquem, coletivamente, estratégias para garanti-los (SANTOS, 2006, p. 11).

Salienta-se que, no município de Saltinho-SC, vem sendo utilizada essa metodologia. As famílias demonstram interesse e vontade. Não há uma imposição. Procura-se sempre a participação voluntária.

Com certeza, trabalhar com famílias se torna um grande desafio. Sobre a metodologia de trabalho com famílias, Guimarães e Almeida (2007, p. 134) apontam que deve ser sempre para,

[...] buscar o princípio básico de elevar a família à condição de parceira dos programas sociais. A fundamentação teórica e o método devem, portanto, constituir-se no meio pelo qual elas se qualifiquem como corresponsáveis pelos programas sociais, ao lado dos profissionais. A tarefa da teoria e da metodologia é justamente criar o espaço de trabalho que possibilite capacitar tanto os profissionais como as famílias parceiras. Trata-se de uma tarefa difícil, mas não inviável.

O município de Saltinho beneficia atualmente 215 famílias no Programa Bolsa Família. No país, o Bolsa Família atende hoje a “11,1 milhões de famílias em todos os municípios brasileiros” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2009, p. 1). Muitos estudos vêm sendo realizados com o objetivo de analisar sua efetividade na sociedade brasileira.

Segundo o MDS (2009, p. 1), o programa já apresenta resultados importantes, tais como:

O PBF está bem focalizado, ou seja, efetivamente chega às famílias que dele necessitam e que atendem aos critérios da lei; o Programa contribui de forma significativa para a redução da extrema pobreza e da desigualdade; o Programa contribui para a melhoria da situação alimentar e nutricional das famílias beneficiárias.

O que se visualiza a partir do perfil das famílias de Saltinho, cadastradas no Programa, é que atende as expectativas gerais do Programa. As famílias vivem em extrema pobreza, e o programa propicia-lhes suprir o mínimo das suas necessidades mais elementares.

As famílias foram questionadas sobre quais outros benefícios o CRAS de Saltinho oferece e a maioria delas respondeu que desconhecia a existência de algum outro benefício, além do Programa Bolsa Família no qual já estão inseridas.

Assim, fica evidente que as entrevistadas associam qualquer tipo de atividade, benefício, programa e projeto ao Programa Bolsa Família, talvez pelo fato de o programa ser considerado como um dos mais importantes benefícios existentes para a subsistência das famílias. No entanto, os CRAS são muito mais que isso; eles são instrumentos para o fortalecimento da dimensão social ao viabilizar o acesso a programas de transferência de renda e serviços capazes de melhorar a condição sociofinanceira dos seus usuários, bem como por materializar pontos locais de defesa e promoção dos direitos sociais e de articulação de políticas sociais.

O CRAS, através do PAIF, vem “acompanhar com prioridade as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (em especial, as famílias que apresentarem dificuldade no cumprimento das condicionalidades de saúde e educação) e do Benefício de Prestação Continuada” (MDS, 2006, p.33). No entanto, não se resume somente ao atendimento às famílias:

Os serviços e ações ofertados no CRAS são acessados por demanda espontânea das famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnico-racial, de gênero ou por deficiências, dentre outras), pela busca ativa de famílias feita pelos técnicos e/ou o encaminhamento realizado pela rede socioassistencial e pelos serviços das demais políticas públicas (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2006, p. 32).

Cabe salientar que no município de Saltinho, após a implantação do CRAS, vários cursos foram disponibilizados em parceria com outros órgãos como EPAGRI, SENAC. Contudo, ainda muito se tem a fazer. Uma das possibilidades é a realização de oficinas que buscam a profissionalização das famílias e a consequente inserção no mercado de trabalho.

Verifica-se a importância dos benefícios assistenciais ofertados pelo município; no entanto, a população precisa ter acesso a políticas de emprego e renda, que as insiram no mercado de trabalho com salário digno, participação das decisões políticas, enfrentando assim a grande desigualdade social da qual fazem parte, conforme aponta Acosta, Vitale, Carvalho (2007, P. 143):

[...] não bastam programas de geração de renda, mas muito mais. É preciso introduzir a família nas políticas públicas e, sobretudo, no espaço e na cena pública. É preciso que ela tenha espaços de escuta e possibilidade de empreender convivência, articular e realizar projetos familiares e comunitários que respondam a seus anseios de relações interpessoais, assim como de exercício de cidadania.

As famílias também foram questionadas sobre as ações realizadas pelo CRAS relativas à prevenção de conflitos familiares. Todas elas apontaram que o CRAS de Saltinho tem atuado na resolução de conflitos familiares. Esses dados são considerados importantes, uma vez que o CRAS deve atuar na prevenção e execução de serviços de proteção social básica, serviços disponibilizados que atuam no fortalecimento dos vínculos familiares, para que esses vínculos não sejam rompidos. No entanto, a Política de Assistência Social não deve ficar na mera estratégia de acomodação e resolução de conflitos; ela deve ir além. O profissional, através da função educativa, deve desempenhar funções que interferem na ação dos sujeitos, no seu modo de pensar e agir:

[...] potencializar a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, promovendo seus membros e possibilitando ações intersetoriais que visem à sustentabilidade; de modo a romper o ciclo de reprodução intergeracional da pobreza e evitar que as famílias, seus membros e indivíduos tenham seus direitos violados, recaindo em situações de risco (SIMÕES, 2007, p. 289).

Questionadas se percebem mudanças em suas vidas após a implantação do CRAS no município, elas apontaram que a principal mudança aconteceu a partir da participação delas nos grupos socioeducativos, pois “é por meio dos grupos socioeducativos que são repassadas informações necessárias às famílias. O grupo é, também, um espaço de apoio mútuo, estimulado pelos próprios técnicos” (CARVALHO et al., 1998, p. 52).

Outras mudanças foram apontadas pelas famílias: mais acesso à informação; atendimento mais especializado. As reuniões de que participam mensalmente são vistas como um espaço de aprendizado pessoal e familiar porque elas acabam socializando as informações recebidas aos membros da família.

As reuniões realizadas com as famílias em situação de vulnerabilidade social vêm sendo reconhecidas como um espaço de trabalho amplo e eficiente para a melhoria de vida das próprias famílias, bem como para solução de conflitos familiares, o que está em consonância com os objetivos da NOB/SUAS (2005). Santos (2006, p. 10), em relação ao CRAS, aponta: “[...] é a oferta pública de uma rede continuada de serviços que garantem oportunidades para a construção, restauração e fortalecimento de laços de pertencimento e do exercício capacitador e qualificador dos vínculos pessoais e sociais de vida em sociedade”.

Desta forma, o CRAS de Saltinho vem cumprindo com as exigências das legislações, uma vez que busca a solução de problemas familiares, atuar no fortalecimento de laços familiares; valorizar as famílias em sua diversidade, valores, cultura, história, demandas e potencialidades, destacando sua autonomia.



Ainda, salienta-se que, para isso, o trabalho é contínuo, que não termina no grupo, ocorrendo, por outro lado, a utilização de outros instrumentais de trabalho, como a visita domiciliar,<sup>5</sup> por exemplo, ocasião em que se pode perceber muitas outras coisas que a família não deixa transparecer em uma reunião, como problemas, carências, necessidades pessoais e ou familiares, e que são encaminhadas através da rede socioassistencial que está se consolidando no município.

## **Considerações finais**

Com a realização deste estudo, percebeu-se que a Política de Assistência Social, a partir da Constituição de 1988, quando passou a fazer parte do tripé da seguridade social, vem sofrendo inúmeras mudanças, que são implantadas em todo território nacional, visando a melhorar os serviços, benefícios, programas e projetos disponibilizados aos cidadãos brasileiros.

Nesse contexto, a nova Política de Assistência Social traz em seu bojo um novo modelo de gestão chamado SUAS. Este vem sendo implantado em todo território nacional através dos CRAS e CREAS, e se constitui na regulação e organização em todo território das ações socioassistenciais. Nele, os serviços, benefícios, programas e projetos têm como foco prioritário a família, seus membros e indivíduos e em especial as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Acredita-se que essas mudanças estabelecidas através do SUAS, através da centralidade das ações em prol das famílias, vêm trazendo impactos relevantes. Como exemplo, neste estudo, faz-se referência ao Programa Bolsa Família, que é, atualmente, o maior programa de transferência direta de renda em nosso país, que, se for articulado com outros programas e serviços que visem à garantia de direitos, provocará mudanças positivas no cotidiano de milhares de famílias brasileiras. No município de Saltinho, o programa é responsável pela manutenção de diversas famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social. O benefício é que garante a essas famílias seu sustento, mesmo que de forma mínima.

Visualiza-se que o CRAS de Saltinho trouxe mudanças significativas na vida das famílias; mudanças estas que serão observadas pelos sujeitos a longo prazo. Muitas das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família buscaram a sua emancipação. Quando capacitadas, foram incluídas no mercado de trabalho, o que lhes proporcionou melhorar sua condição de vida.

Outra mudança vivenciada foi a organização política dos sujeitos, que acabaram fazendo parte dos Conselhos Municipais, importantes canais de participação na implementação e fiscalização das políticas públicas.

As famílias que participam das ações socioassistenciais apontam que recebem informações, orientações, demonstrando que o profissional, através da ação educativa, interfere na ação dos sujeitos, bem como no seu modo de pensar e agir. Essa informação é repassada aos demais membros da família, ampliando, assim, conhecimentos.

São ofertados no município alguns cursos profissionalizantes, sempre interligados com uma política maior: a de emprego e renda. Isso porque Saltinho é um município pequeno, com pouco comércio e uma grande parcela da população vive da agricultura. Essa política visa potencializar ações de desenvolvimento do município, ofertando um leque maior de emprego à população.

Não basta o município de Saltinho ter instalado o CRAS, é necessário fortalecer a rede de atendimento para que juntos construam propostas de mudança social. Apesar do reconhecimento da centralidade da família no âmbito da vida social, a realidade mostra uma prática e uma negação sistemática desse reconhecimento. Percebe-se que, na maioria das vezes, as famílias são penalizadas pelos seus fracassos. Se a família, na política de Assistência Social, é vista como recurso fundamental para a construção da sociabilidade e preservação do tecido social, diante das transformações que vem sofrendo, ela deve ser protegida, apoiada e ter acesso a condições para responder ao seu papel no

sustento, na guarda e na educação de suas crianças e adolescentes, bem como na proteção de seus idosos e portadores de deficiência (NOB/05, p. 17).

Conclui-se, então, que as ações socioeducativas, desenvolvidas no município, atendem em parte as necessidades dos sujeitos. Ainda não foi possível visualizar a superação de vulnerabilidade social que as famílias enfrentam no seu cotidiano. O trabalho com famílias na perspectiva do CRAS está em sua face inicial; necessita de um tempo maior para propiciar àqueles que necessitam da Política de Assistência Social a tão sonhada emancipação.

## Referências

- ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Famílias beneficiadas pelo Programa de Renda Mínima em São José dos Campos/SP: aproximações avaliativas. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller (Org.). *Família – redes, laços e políticas públicas*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2007. p. 137-163.
- BRASIL. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: Senado Federal, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Constituição*. República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant de et al. *Serviço de proteção social às famílias*. São Paulo: IEE/PUC-SP; Brasília: Secretaria de Assistência Social/MPAS, 1998.
- CFESS. *Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social*. Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Brasília, CFP/CFESS, 2007.
- GUIMARÃES, Rosamélia Ferreira; ALMEIDA, Silvana Cavichioli Gomes. Reflexões sobre o trabalho social com famílias. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller (Org.). *Família – redes, laços e políticas públicas*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2007. p. 127-135.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Disponível em: <<http://www.abril.com.br/noticias/brasil/brasil-tem-54-milhoes-esgoto-agua-encanada-ou-moradia-adequada-393178.shtml>>. Acesso em: 22 mar. 2009.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Manual de orientações técnicas Para o Centro de Referência de Assistência Social*. Brasília: 2006.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Programa Bolsa Família – PBF. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/>>. Acesso em: 16 nov. 2008.
- \_\_\_\_\_. Programa Bolsa Família – PBF. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o\\_programa\\_bolsa\\_familia/o-que-e/](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/o-que-e/)>. Acesso em: 17 mar. 2009.
- \_\_\_\_\_. Programa Bolsa Família – PBF. Principais Resultados. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o\\_programa\\_bolsa\\_familia/principais-resultados/](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/principais-resultados/)>. Acesso em: 17 mar. 2009.
- PASTOR, Márcia; DORIGHELLO, Tatiane Luvizotto. *Reuniões sócio-educativas como contrapartida do Programa Bolsa Escola Municipal de Londrina/PR na visão das beneficiárias da região Oeste* – A. TCC: Londrina – PR, 2005. Disponível em: <[http://74.125.95.132/search?q=cache:8wF\\_dFXfJtGJ:www.pgpp.ufma.br/eventos/documentos\\_download.php%3Fid%3D52+REUNI%C3%95ES+S%C3%93CIO-EDUCATIVAS+COMO+CONTRAPARTIDA+DO+PROGRAMA+BOLSA+ESCOLA+MUNICIPAL+DE+LONDRINA&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://74.125.95.132/search?q=cache:8wF_dFXfJtGJ:www.pgpp.ufma.br/eventos/documentos_download.php%3Fid%3D52+REUNI%C3%95ES+S%C3%93CIO-EDUCATIVAS+COMO+CONTRAPARTIDA+DO+PROGRAMA+BOLSA+ESCOLA+MUNICIPAL+DE+LONDRINA&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)>. Acesso em: 03 mar. 2009.
- SARTI, Cynthia A. Famílias enredadas. Em: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller (Org.). *Família – redes, laços e políticas públicas*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2007. p. 21-36.
- SANTOS, Adriana Aparecida et al. *Trabalhando com famílias vulnerabilizadas: dinâmicas orientadas na perspectiva do SUAS*. Londrina – SC: Bianconi, 2006.
- SIMÕES, Carlos. *Curso de Direito do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2008.

---

1 No momento da realização da pesquisa, realizada em dezembro de 2008, o CRAS tinha incluídas 200 famílias no programa Bolsa Família. Foi criado no município o trabalho socioeducativo, e para que os grupos fossem mais homogêneos, foram criados quatro grupos denominados de “Família Unida”, “Transformando o Futuro”, “União Faz a Força” e, “Unidas para Vencer”, com 50 famílias em cada grupo. Destes quatro grupos, a acadêmica Taise Veiverberg desenvolveu seu plano de intervenção apenas com o grupo Família Unida, por estar localizado na área urbana do município, o que facilitava o acesso. Como possuía amplo conhecimento das características do grupo, definiu-se então como universo da pesquisa o grupo denominado “Família Unida”, composto por 50 famílias, e a amostra foi de 10 famílias.

---

2 O Centro de Múltiplo-Uso é um local que disponibiliza espaços para desenvolver reuniões, encontros, desenvolvimento de projetos, ou seja, é um prédio construído no município que visa ao atendimento à população saltinhense num todo.

3 Conforme o CRSS, assistencialismo é o contraponto do direito, da proteção social ou seguridade social. É um acesso a um bem através de uma doação. Com o assistencialismo não há garantia de cidadania, pois o acesso a condições plenas dignas de vida dos cidadãos é conseguido através do favor, à espera da boa vontade e interesse de alguém.

4 Conforme o MDS (2009), as condicionalidades do PBF estão na área da Educação: frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos e mínima de 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos. Saúde: acompanhamento do calendário vacinal e do crescimento e desenvolvimento para crianças menores de 7 anos; e pré-natal das gestantes e acompanhamento das nutrizes na faixa etária de 14 a 44 anos. Assistência Social: frequência mínima de 85% da carga horária relativa aos serviços socioeducativos para crianças e adolescentes de até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil.

5 “A visita domiciliar é uma ação voltada para localizar famílias potenciais usuárias do serviço, previamente identificadas, compreender a realidade do grupo familiar, suas demandas e necessidades, recursos e vulnerabilidades, fortalecer os vínculos familiares e comunitários, fortalecer o vínculo da família com o serviço, avaliar as mudanças ocorridas a partir da participação no serviço” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2006, p. 36).